

PROJETOS, PROGRAMAS E EXPERIÊNCIAS DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

COMMUNITY POLICE PROJECTS, PROGRAMS AND EXPERIENCES IN THE MILITARY POLICE OF GOIAS

SANTOS, Warley Corrêa dos¹
COSTA, Leon Denis da²

RESUMO

O objetivo principal deste artigo é mapear os programas, projetos existentes de polícia comunitária ou que já foram experimentados pela Polícia Militar de Goiás, localizar os documentos institucionais que criaram ou sistematizaram a criação de programas e de projetos de polícia comunitária que foram implantados, além de esclarecer a diferença entre polícia comunitária e policiamento comunitário e outros métodos utilizados pela polícia que são confundidos e nomeados pelos fins. Foi realizada uma pesquisa de campo, em que buscou empiricamente informações junto ao Centro de Polícia Comunitária (CPCOM) criado pela PMGO no ano de 2013 através de uma visita a fim de saber quais são os programas e projetos que existem em vigor na Instituição, bem como saber daqueles que já existiram para buscar maiores informações no sentido de descrever a finalidade de cada um, realizou-se também um levantamento das normativas que instituíram os programas em vigor e dos projetos de polícia comunitária, além de sistematizar os resultados registrados. Os resultados obtidos indicam que com o tema Polícia Comunitária em evidência, as últimas duas décadas para as corporações militares foram de reais experimentos e consolidações em seus programas ligados a esta nova filosofia nos trabalhos diário do Policial Militar. Conclui-se que a polícia comunitária se refere a um policiamento que se importa com o cidadão e com tudo que ele precisa em relação a sua segurança e seu bem estar.

Palavras-Chave: Polícia Militar. Programas. Projetos. Polícia Comunitária.

ABSTRACT

The main objective of this article is to map the programs, existing projects of community police or that have already been tried by the Military Police of Goiás, locate the institutional documents that created or systematized the creation of programs and community police projects that were implemented, besides clarify the difference between community policing and community policing and other methods used by the police that are confused and endorsed. A field survey was carried out in which he empirically sought information from the Community Police Center (CPCOM) created by PMGO in 2013 through a visit to find out which programs and projects exist in force in the Institution, and such as knowing those who have existed to obtain more information to describe the purpose of each one, a survey of the regulations that instituted current programs and community police projects was carried out, as well as systematizing the results recorded. The results indicate that with the theme of

¹ Aluno do Curso de Formação Soldado do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás- CAPM, santos4gyn@gmail.com; Goiânia – Go, junho de 2018.

² Orientador, Professor Titular da Especialização Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), oficial da Polícia Militar de Goiás, Graduado em Letras, Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Mestre em Sociologia; Email:leondenisdacosta@hotmail.com; junho de 2018.

Community Policing in evidence, the last two decades for the military corporations were real experiments and consolidations in their programs linked to this new philosophy in the daily work of the Military Police. It concludes that community policing refers to policing that cares about the citizen and everything he needs in relation to his safety and well-being.

Keywords: Military Police. Programs. Projects. Community Policing.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em polícia comunitária, algo importante a ressaltar é que esta filosofia e estratégia organizacional não é algo recente entre as forças policiais, na verdade, segundo vários pesquisadores entre eles David Bayley e Skolnick (2002) descrevem experiências e práticas ao redor do mundo que já tem mais 100 anos.

As agencias policiais atualmente aderem a essa nova metodologia e ideologia na maior parte das vezes por entender que há ineficiência do modelo tradicional de policiamento passando para uma forma de policiamento orientado pelas demandas da comunidade e não tão somente pelo controle do crime. São inúmeros países que buscam manter as polícias na perspectiva de polícia comunitária no decorrer da história, entre os países, tem: Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos e outros.

Este artigo apresenta estudos sobre os Projetos Programas de Experiências de Polícia Comunitária no Estado pela Polícia Militar de Goiás (PMGO).

Desta forma, esta pesquisa entende a necessidade de responder as seguintes questões: quais são os projetos de polícia comunitária que já foram realizados pela PMGO? Quais são os Programas de Polícia Comunitária existentes? Quais são as experiências de policiamento comunitário em vigor na capital e no interior?

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é mapear os programas, projetos existentes de polícia comunitária ou que já foram experimentados pela Polícia Militar de Goiás. Enquanto os objetivos específicos consistem em localizar os documentos institucionais que criaram ou sistematizaram a criação de programas (leis, portarias diretrizes, planos, projetos e etc.) e de projetos de polícia comunitária que foram implantados em algum momento na corporação a partir do ano de 1998, quando implantou um dos programas mais conhecido entre a população, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), além de esclarecer a diferença entre polícia comunitária e policiamento comunitário e outros métodos utilizados pela polícia que são confundidos e nomeados pelos fins.

A escolha do tema justifica-se pela relevância em divulgar junto ao público interno quanto ao público externo, essa investigação é de extrema relevância para a Polícia Militar, por considerar que não são encontradas tais informações de forma reunida no site institucional e nem tem sido divulgada de forma sistemática pela corporação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Em meados dos anos 1914 a 1919 esse pensamento surgia nos Estados Unidos da América com a necessidade de se aproximar o policial da sociedade e a sociedade da Polícia. Décadas após o policiamento comunitário se iniciou no Japão, logo após II Guerra Mundial, tendo sua eficácia a partir da combinação entra a cultura tradicional japonesa e o ideal democrático Norte Americano.

Para Trojanowicz e Bucqueroux (1994) afirmam que o papel do policial, na estrutura policiamento comunitário, tem como fundamento a cooperação entre o agente policial e a população local na construção de um espaço seguro. O policial deve observar e se adaptar se necessário às particularidades locais, conhecer geograficamente, culturalmente, economicamente e socialmente a região a qual presta o seu serviço policial, aspectos esses singulares a cada região: Bairro, Cidade e Estado.

Já Skolnick (2001) alerta que as unidades policiais que somente atuam de forma reativa ao combate à criminalidade, tal postura, é apontada como um obstáculo ao equilíbrio entre a eficiência e a eficácia na atividade policial.

Nos EUA houve vários programas executados ao longo dos anos, muitos deles tiveram notórios resultados, um destes foi a Tolerância Zero, onde se mobilizou toda a comunidade e os órgãos do estado no combate de delitos por menor que este foi.

Tolerância Zero – programa desenvolvido dentro do critério de que qualquer delito (de menor ou maior potencial ofensivo) deve ser coibido com o rigor da lei. [...] (SENASP, 2010, p.58).

No Canadá, as cidades, a distribuição das unidades policiais é posicionada de forma muito semelhante às Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que temos em Goiás. Esse tipo de organização operacional descentraliza as ações de comando e a aproxima a Polícia do cidadão, essa distribuição em Goiás se reduz a frações menores denominada de Quadrantes. Logo, tanto o agente quanto a população ganham com isso, pois o policial passa a

conhecer melhor seu espaço de operação, enquanto isso os cidadãos passam a reconhecer seus prestadores.

Base territorial – As cidades são divididas em distritos policiais e os distritos em pequenas vizinhanças. Transmite-se à população a ideia de que a polícia está sempre perto. Em muitos bairros o policial circula de bicicleta. O Policial deve conhecer as pessoas e todos os problemas do bairro(...). (SENASP, 2010, p.61).

Segundo a Constituição Federal, a segurança é exercida por órgãos competentes como a Polícia Militar, porém o mesmo texto ressalva que é direito e responsabilidade de todos, dando a entender que todo cidadão comum deve contribuir para segurança pública. É sobre esta ótica do texto da CF que se faz a importância da integração da população junto a Polícia nas resoluções dos problemas ligados a segurança.

De acordo com a SENASP (2009) conceito de polícia comunitária pode ser definido de forma simples tendo em vista que é a aproximação do agente policial ao cidadão comum sem a utilização de regras ou padrões pré-estabelecidos, logo é o conviver. Assim, o trabalho em conjunto entre o cidadão e a polícia na solução dos problemas relacionados a criminalidade contemporânea, exemplo: comercialização de drogas, criminalidade local – bairro -, desordem moral e física e outros. Portanto, uma união estratégica na busca por uma melhor qualidade de vida e convive-o da própria comunidade ali presente.

Polícia Comunitária é que ela, por si só, é particularizada, pertinente a uma ou outra organização policial que a adota, dentro de critérios peculiares de mera aproximação com a sociedade sem, contudo, obedecer a critérios técnicos e científicos que objetivem a melhoria da qualidade de vida da população. (SENASP, 2010, p.36).

Trojanowicz e Bucqueroux (1994), já afirmam que a concepção do policiamento comunitário é uma filosofia, termo esse que se consiste no estudo dos problemas fundamentais relacionados à existência humana. Mas adiante ele frisa a necessidade da polícia e comunidade trabalharem juntos em busca da solução e combate à criminalidade.

Polícia Comunitária é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos (...). (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p. 4).

Novamente CNPPC (2010), enfatiza sobre a importância desta aproximação entre a polícia e o cidadão, no entanto, ele eleva o debate ao ponto que o agente deixe de ser apenas um número, ex. 190, e passe a ser um cidadão policial que faz parte daquele ambiente de convive-o, a humanização deste agente, que o cidadão comum o reconheça.

Em cidades menores, no interior, esta familiarização entre a polícia e o agente é costumeira. O grande desafio dos sistemas operadores da segurança é da fomentação desta cultura nas grandes cidades entre o agente e a população.

A ideia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, como um médico, um advogado local; ou um comerciante da esquina; enfim, dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial. (SENASP, 2010, p. 39).

Outro ponto relevante é dado esclarecedor que o Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária nos traz, é sobre a diferença e raio de atuação da polícia tradicional em comparativo a projeção eficaz da polícia comunitária. Esta é direcionada a comunidade que é representada por 98% da população daquele local, entretanto, já aquela é voltada exclusivamente ao combate ao marginal, que representa 2% da população.

Polícia Tradicional: O policial trabalha voltado unicamente para a marginalidade de sua área, que representa no máximo 2% da população residente ali onde “todos são inimigos, marginais ou paisanos folgados, até prova em contrário”; Polícia Comunitária: O policial trabalha voltado para o 98% de sua área, que são pessoas de bem e trabalhadoras. [...] (SENASP, 2010, p. 39).

Segundo Brasil (2009) essa filosofia, Policiamento Comunitário, não é algo exclusivo e nem originário do Brasil. O continente Europeu junto com EUA, Canadá e outros países da Ásia já o têm método implantado, e em muitos destes, já consolidados, tal cultura policial.

Nos países economicamente mais desenvolvidos, a adoção do policiamento comunitário decorreu da constatação de que os modelos de policiamento em vigência não eram mais eficazes diante dos novos padrões de violência urbana que emergiram no fim dos anos 1960 e meados dos anos 1970. (...) (BRASIL, 2009, p. 9).

É neste cenário que nortearmos esta pesquisa, ações que há ou já ocorreram em outros países, em paralelo com a PMGO com atuação na região metropolitana de Goiânia. No site da corporação da Polícia Militar de Goiás há informações básicas sobre alguns destes programas ligados diretamente e indiretamente a Polícia Comunitária, são esses: PROERD, Polícia Militar Mirim - PMM e Rede de Apoio a Segurança- RAS, Colégios Militares, Patrulhamento ciclístico, monitoramento por câmeras e Patrulha Maria da Penha. A corporação ainda afirma que: “(...) A polícia comunitária não é uma nova polícia, mas a

mudança de postura dos policiais através de aperfeiçoamento oferecido pela Polícia Militar para a mudança de paradigma (...)”.

No Brasil a Polícia Militar passa por alterações no seu modo de atuação ao passo que nossa legislação se tornou mais cidadã. Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, a reformulação dos procedimentos do Executivo era inevitável. Então, no ano 1991, a Polícia Militar do Estado de São Paulo teve a iniciativa desta discussão no Brasil, o “primeiro” I Congresso de Polícia e Comunidade. Meses depois a partir disto, o Rio de Janeiro inicia um projeto piloto em Copacabana.

Em Goiás a implementação oficial se deu no ano de 2005, segundo PMGO (2011) em seu Manual de Policiamento Comunitário, o qual menciona que o Estado de Goiás foi um dos pioneiros na implementação de policiamento comunitário.

2.2 CRIAÇÃO DO CPCOM – PMGO

Em 14 de junho de 2013 criou-se o Centro de Polícia Comunitário – CPCOM da PMGO (Portaria Nº. 3495 , assinada pelo Coronel Comandante Geral da PMGO Senhor Silvio Benedito Alves desta data). Com esta ação se regimentou os setores pertinentes ligados à filosofia de polícia comunitária, esclarecendo e orientando os procedimentos a serem adotados ao padrão institucional. O Centro de Polícia Comunitária, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior Estratégico, com sede em Goiânia e dotado de circunscrição em todo o território de Goiás passou a desenvolver toda atividade ligada ao tema, tendo as seguintes seções: (Seção de Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência– PROERD, Seção de Assuntos Comunitários e Seção de Polícia Comunitária).

Art.1º O Centro de Polícia Comunitária – CPCOM. Criado através da Portaria nº 3495/2013, com o objetivo de planejar, desenvolver e agregar condições para o desempenho das atividades de polícia comunitária em todas as unidades da PMGO, bem como realizar as atividades de monitoramento e estatísticas do trabalho realizado em âmbito Estadual (Portaria nº 3495/2013, Polícia Militar do Estado de Goiás).

As atividades do Centro de Polícia Comunitária se fundaram aos princípios da filosofia de polícia comunitária, em proporcionar uma colaboração entre a comunidade Goiana, o cidadão e a polícia, utilizando para tanto o todo o corpo operacional da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A partir desta estruturação do CPCoM a ideia abstrata de polícia comunitária passa a ter corpo, os conceitos diferenciados e o trabalho passa a ter um foco objetivo qualitativo junto à comunidade.

As diferenças primordiais utilizadas no Policiamento Comunitário são essas:

Polícia Comunitária: É a Instituição alicerçada na ideia “Filosofia” de Polícia Comunitária. É aplicação deste conceito em toda a estrutura da corporação.

Policiamento Comunitário: É a ação desta ideia, conceito e Filosofia nas atividades do agente policial. É o método, a estratégia de polícia comunitária utilizados para aplicação e execução do policiamento.

Projeto Comunitário: É o trabalho destinado à execução em ações distintas que procuram atingir algo específico. Tem como característica a busca por resultados a curto, médio e longo prazo. Costuma se ter natureza de programas, que surgem em reflexo do momento social da sociedade paralelo a capacidade da corporação em agir frente aquele problema.

2.3 AÇÕES DE POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

2.3.1 PROERD

O PROERD é uma ação de polícia comunitária, considerando sua atuação dentro das escolas, com os pais, os professores, realizando uma patrulha através de palestras educativas na intenção de conscientizar os alunos sobre os malefícios das drogas.

A Polícia Militar investe na conscientização e na prevenção do uso e abuso de drogas pelos altos índices de aumento da criminalidade e da violência. O PROERD se trata de uma modalidade de policiamento comunitário cujo objetivo principal é prevenir as drogas e a violência, além de proporcionar uma relação entre a Polícia Militar e a comunidade (BRITO, 2017, p. 7).

Brito (2017, p. 26) explica que o PROERD é aplicado em todo o território nacional pelas Polícias Militares, nas escolas públicas, particulares e conveniadas por policiais treinados e capacitados para desenvolver o lúdico através de uma metodologia voltada especialmente para as idades que está trabalhando. A escola oferece o espaço físico, coloca o professor à disposição em sala de aula e se responsabiliza pela formatura dos alunos no final do programa, enquanto os pais dão continuidade em casa aos ensinamentos que seus filhos recebem. O instrutor fardado dentro da sala de aula causa impactos positivos dentro da escola, considerando que com sua presença facilmente notada por todos, inibe possíveis situações de incentivo ao uso de drogas, além de desconstruir a imagem errada que as crianças já carregam da polícia. O PROERD fortalece bastante a filosofia da polícia comunitária, aproximando a

escola, a família e a Polícia Militar, as ações positivas que os facilitadores desenvolvem fortalecem a autoestima dos alunos.

2.3.2 Colégios Militares

Nos colégios militares pelo Brasil é ensinado às crianças a disciplina, exigindo a todos os alunos que estejam padronizados e organizados, desde o uniforme e a caracterização dos cabelos até as normas da instituição, resultando positivamente no comportamento do aluno.

De acordo com a PMGO (2017) os bons resultados dos Colégios da Polícia Militar de Goiás se devem à participação efetiva de todos os envolvidos no projeto, seja pelos próprios alunos, como pela comunidade escolar, o conselho, os professores e servidores e a associação de pais e mestres que juntos, garantem uma qualidade melhor de ensino.

A proposta dos Colégios Militares busca figurar mais uma das várias ações que estão à disposição da sociedade, como forma de aperfeiçoar procedimentos e práticas e manter princípios e valores (PMGO, 2017).

2.3.3 Projeto Polícia Militar Mirim

O projeto nasceu da Portaria nº 5560, de 22 de Setembro de 2014, que Institui o Programa de Polícia Militar Mirim na Polícia Militar de Goiás. Este procura a desenvolver ações que assegurem o acesso ao acolhimento sócio assistencial de qualidade, cooperando para a conquista da segurança local, da supervivência, do convívio e vivência familiar e comunitária. Em conformidade com Lei n. 8.069/90 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente) somados aos pilares militares da PMGO, o projeto tem como prioridade a busca incansável ao exercício da cidadania e assimilação da educação cívico e militar, com atendimento prioritário às crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades socioeducativas nos períodos ociosos dos alunos (Contra Turno), assim como atividades recreativas, esportivas, artísticas e culturais e também reforço escolar. Uma busca, um trabalho, uma missão é o trabalho diário deste projeto da PMGO, é o agir para que se evite que a aquela criança, adolescente seja levado a situações de risco.

Os objetivos gerais é desenvolver ações que contribuam para a conquista da segurança, e convívio familiar e comunitária, estimulando o incentivo ao exercício da

cidadania e desenvolvendo a educação cívica e militar, com atendimento primacial às crianças e adolescentes, ofertando atividades socioeducativas no período contra turno escolar, mesmo modo que atividades esportivas recreativas, artísticas e culturais e reforço escolar, atuando na prática imparável de ações que garantam o seu egresso de situações de perigo (CRPM, 2017).

A característica singular desde projeto e a verossimilhança com a estrutura organizacional com a PMGO. Os alunos participantes, a exemplo, tem deveres como um policial normal, seus atos e a conclusão dos módulos são requisitos para a promoções possíveis ao longo do curso, somado a isso, o fardamento é utilizado no dia a dia do policial Mirim. Outro ponto importante são os princípios do PMMirim, que são definidos:

Dever para com Deus - adesão a princípios espirituais e vivência ou busca da religião que expresse, respeitando as demais;

Dever para com a Pátria - lealdade ao nosso País, em harmonia com a promoção da paz, compreensão e cooperação local, nacional e internacional;

Dever para com o próximo - respeito, fraternidade e solidariedade ao próximo, participação ativa no desenvolvimento da comunidade e valorização do equilíbrio da natureza.

Nº	Objetivos Específicos				
1	Criar circuitos alternativos de vivência e convivência de crianças e adolescentes	9	Despertar sentimentos de identificação com os valores nacionais	17	Buscar o reingresso, a permanência e o sucesso escolar da criança e do adolescente na escola
2	Fomentar a plena cidadania	10	Trabalhar higiene pessoal e boas maneiras	18	Conscientizar quanto ao papel da Polícia na sociedade
3	Interagir instrutores, crianças/adolescentes, policiais militares e família	11	Oferecer alimentação saudável e nutritiva, com ensinamentos sobre o valor dos alimentos e a melhor forma de prepará-los	19	Conhecer noções do ordenamento jurídico brasileiro, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente
4	Promover novas formas de conduta e respeito ao meio ambiente na sociedade	12	Promover educação voltada para o respeito às autoridades e instituições através da interação com um ordenamento disciplinador	20	Promover a assimilação da educação militar, baseada na hierarquia e disciplina, transmitindo conhecimentos básicos e elementares da Polícia Militar
5	Promover reforço escolar através da interdisciplinaridade	13	Promover passeios diversos e apresentações em solenidades	21	Propiciar a conquista da autoestima por parte da criança / adolescente
6	Aprimorar a interação da Polícia Militar com a sociedade	14	Promover atividades físicas com prática desportiva e lazer	22	Favorecer aumento na qualidade de vida das famílias
7	Propiciar mudanças de hábitos e atitudes procurando a melhoria da qualidade de vida das crianças, dos adolescentes e das famílias envolvendo-as numa estreita relação com a escola, família e comunidade	15	Viabilizar parceiras destinadas a mobilizar os vários segmentos na partilha solidária dos esforços necessários para a superação das questões das desigualdades sociais	23	Conhecer e aprender a aplicar o Código de Trânsito Brasileiro, auxiliando as ações educativas e fiscalização do trânsito urbano do município, em apoio às atividades da PM e da Superintendência Municipal de Trânsito
8	Propiciar elementos favoráveis para a manutenção do núcleo familiar	16	Possibilitar melhoria no desenvolvimento físico, motor e psíquico das crianças/adolescentes	24	Criar condições para evitar a evasão escolar

Fonte: EDITAL 001/2018- 11º CRPM

A promessa prestada pelo Policia Mirim na formalidade de formatura, que confere seu comprometimento para com a sua comunidade é:

“PROMETO PELA MINHA HONRA FAZER O MELHOR POSSÍVEL PARA CUMPRIR OS MEUS DEVERES PARA COM DEUS, MINHA PÁTRIA E A COMUNIDADE; AJUDAR O PRÓXIMO EM TODA E QUALQUER OCASIÃO; OBEDECER E SER DISCIPLINADO, DE ACORDO COM OS REGULAMENTOS DA POLÍCIA MILITAR MIRIM”. (Regimento Geral da Polícia Militar Mirim, Sessão I, dos Princípios e da Promessas, 2014)

2.3.4 Rede de Apoio à Segurança - RAS

A Rede de Apoio à Segurança – RAS é um projeto idealizado pela Polícia Militar aplicado em todo o Estado de Goiás, que muda o comportamento não apenas do policial, mas da Instituição e, principalmente do cidadão que é considerado o foco principal, como forma de fazê-lo compreender que ele participa da segurança pública, se prevenindo. Em outras palavras, o objetivo da RAS é fazer com que a comunidade entenda que sua participação é fundamental na segurança pública quando ele mesmo se previne.

Para Naborfazan (2017), a partir do momento em que a comunidade entende o seu papel dentro do policiamento, passa a praticá-lo multiplicando suas atitudes proativas, solicitando patrulhamentos, abordagens, denunciando possíveis locais de crimes, entre outras.

Considerado uma das principais ferramentas que a Polícia Militar do Estado de Goiás possui de prevenção da criminalidade e de aproximação da comunidade. A RAS funciona formando e orientando grupos de diversas áreas profissionais da sociedade, como forma de buscar parcerias com a PMGO na melhoria da qualidade de vida da comunidade em que está trabalhando. A RAS é um policiamento comunitário que aumenta o potencial de prevenção, ampliando a capacidade repressiva da Polícia Militar cuja expectativa é que com o aumento de parcerias, mais rápida será estabelecida uma cultura de segurança comunitária na sociedade (CPC/5, 2017).

3 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é mapear os programas, projetos de polícia comunitária existente ou que já foram experimentados pela Polícia Militar de Goiás. Para tanto, a pesquisa buscou localizar os documentos institucionais que criaram ou sistematizaram a criação de programas (leis, portarias diretrizes, planos, projetos e etc.) e de projetos de polícia comunitária que foram implantados em algum momento na corporação a partir do ano de 1998, quando implantou um dos programas mais conhecido entre a população, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD).

Foi realizada uma pesquisa de campo, em que buscou empiricamente informações junto ao Centro de Polícia Comunitária (CPCOM) criado pela PMGO no ano de 2013. Inicialmente, foi feita uma visita a fim de saber quais são os programas e projetos que existem em vigor na Instituição, bem como saber daqueles que já existiram para buscar maiores informações no sentido de descrever a finalidade de cada um.

Realizou-se um levantamento das normativas que instituíram os programas em vigor e dos projetos de polícia comunitária, além de sistematizar os resultados registrados. Além de mapear tais ações, buscou encontrar as semelhanças e diferenças entre os programas existentes em Goiás com outros de outros estados da federação e experiências internacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que com o tema Polícia Comunitária em evidencia, as últimas duas décadas para as corporações militares foram de reais experimentos e consolidações em seus programas ligados a esta nova filosofia nos trabalhos diário do Policial Militar.

O Estado de Goiás atento a mudanças globais ligadas a segurança publica e sempre pioneiro nacionalmente as questões Policiais, a PMGO adota este novo método em seus diversos cursos de formação e aprimoramento. Destaque ao no 9º BPM que em 2005 criou policiamento comunitário, dando força ao surgimento do 14º CIOPS, este projeto, que teve suas praticas reconhecidas nacionalmente, onde ganhou em 1º colocado o Concurso Motorola de Projeto de Polícia Comunitária naquele ano.

Em relação ao primeiro programa apresentado do Policiamento Comunitário, o PROERD foi instituído em Goiás através do Decreto nº 4.877 de 24 de março de 1998, tendo suas atividades regulamentadas pela Portaria nº 001/2006 - PM/1 (BRITO, 2017, p. 34).

O currículo PROERD é desenvolvido para crianças e adolescentes da 5º serie e 7º serie, o cronograma é organizado em 11 lições, entre 45 a 60 minutos, tendo a frente como professor um policial militar educador social do PROERD, fardado e preparado e designado para tal. As aulas são divididas em uma vez por semana, no espaço de um semestre. Ao final do circulo há a formatura dos alunos, recebendo o reconhecimento militar e civil, onde fazem o compromisso de se manterem longe das drogas e da violência, do mesmo modo esses formandos são premiados pelos trabalhos apresentados e recebem certificado de conclusão do curso.

Vale ressaltar que neste ano, sobre os olhares de diversas autoridades, o Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência comemorou no auditório da Fundação Tiradentes nesta segunda-feira, 26 de março, 20 anos de atuação (FUND. TIRADENTES, 2018).

A Fundação Tiradentes apresenta resultados positivos em relação ao PROERD, no ano de 2017 apontou um aumento de 51% em relação à produtividade do ano de 2016 atendendo 41.068 alunos no primeiro semestre, com 75 facilitadores trabalhando em prol dos jovens nas escolas, como apresenta a tabela abaixo:

TABELA 1: Resultado do primeiro semestre de 2017 partilhado pelo PROERD

Quantidade de escolas atendidas no 1ºSemestre de 2017:	515
Quantitativo de alunos atendidos no 1ºSemestre de 2017:	41.068
Total de Instrutores que aplicaram o PROERD no 1ºSem/2017:	75
Quantidade de municípios atendidos 1ºSem/2017:	73
Quantidade de aulas ministradas no 1º Sem/2017	10.751
Total Geral de alunos atendidos no Estado de Goiás (1998-2017/1):	888.689

Fonte: Fundação Tiradentes

Os colégios militares, uma outra ação de policiamento comunitário, também apresenta resultados positivos, sendo cada vez mais implementado no Estado de Goiás. De acordo com a PMGO (2017) “Atualmente, 42 Unidades dos Colégios da Polícia Militar de Goiás já estão instaladas e em pleno funcionamento”.

Nº	Nome	Município	Nº	Nome	Município
1	CEPMG ARISTON GOMES	Iporá	24	CEPMG JOSÉ CARRILHO	Goianésia
2	CEPMG ARLINDO COSTA	Anápolis	25	CEPMG JOSE DE ALENCAR	Novo Gama
3	CEPMG AYRTON SENNA	Goiânia	26	CEPMG JOSE SILVA	Goianira
4	CEPMG BENEDITA BRITO	Goianópolis	27	CEPMG MADRE GERMANA	Goiânia
5	CEPMG CARLOS CUNHA	Rio Verde	28	CEPMG MAJOR OSCAR ALVELOS	Goiânia
6	CEPMG CB EDMILSON	Pal. de Goiás	29	CEPMG MANOEL VILAVERDE	Inhumas
7	CEPMG CESAR TOLEDO	Anápolis	30	CEPMG MANSÕES PARAISO	Ap. de Goiânia
8	CEPMG COLINA AZUL	Ap. de Goiânia	31	CEPMG MARIA HELENY PERILLO	Itaberaí
9	CEPMG DIONÁRIA ROCHA	Itumbiara	32	CEPMG MARIA TEREZA	Jussara
10	CEPMG DOM PRUDÊNCIO	Posse	33	CEPMG MIRIAM BENCHIMOL	Goiânia
11	CEPMG 5 DE JANEIRO	Sanclerlândia	34	CEPMG NESTÓRIO RIBEIRO	Jataí
12	CEPMG DOMINGOS DE OLIVEIRA	Formosa	35	CEPMG NIVO DA NEVES	Caldas Novas
13	CEPMG DOUTOR NEGREIROS	Nerópolis	36	CEPMG PEDRO LUDOVICO	Quirinópolis
14	CEPMG FERNANDO PESSOA	Valparaíso	37	CEPMG PEDRO XAVIER	Sd. Canedo
15	CEPMG GABRIEL ISSA	Anápolis	38	CEPMG Dr. José Feliciano Ferreira	Guapó
16	CEPMG GERALDA ANDRADE	Itapaci	39	CEPMG SGT NADER	Ap. de Goiânia
17	CEPMG GOIATUBA	Goiatuba	40	CEPMG SILVIO DE CASTRO	Jaraguá
18	CEPMG GUANABARA	Goiânia	41	CEPMG THARSIS CAMPOS	Catalão
19	CEPMG HÉLIO VELOSO	Ceres	42	CEPMG TOMAZ MARTINS	Porangatu
20	CEPMG HUGO	Goiânia	43	CEPMG VASCO DOS REIS	Goiânia
21	CEPMG ITAUÇU	Itauçu	44	CEPMG WALDEMAR MUNDIM	Goiânia
22	CEPMG IVAN FERREIRA	Pires do Rio	45	CEPMG XAVIER DE ALMEIDA	Morrinhos
23	CEPMG JOÃO AUGUSTO PERILLO	Goiás			

Fonte: Fundação Tiradentes

O Projeto Polícia Militar Mirim é realizado em regiões que necessitam de ações preventivas no sentido de atender crianças em situações de vulnerabilidade e situações de

risco, considerando que cada vez mais cedo jovens se envolvem com a criminalidade, atendendo crianças de 10 a 15 anos. Teve início em 13 de novembro de 2017 no 14º Batalhão da PMGO o projeto Um olhar para o futuro - Uruaçu-GO. Projeto este que teve por objetivo proporcionar aos jovens e crianças a oportunidade da convivência com várias áreas do conhecimento, por meio de ensinamentos e instruções que foram ministradas utilizando-se da disciplina militar, com fundamento de se afastar esses jovens e crianças das situações negativas ao seu desenvolvimento pessoal nas fases da pré-adolescência e juventude destes. Este projeto em específico na cidade de Uruaçu-GO teve em questão a oportunidade de 60 vagas, onde 48 vagas foram lotadas por meio de sorteio e 12 vagas foram reservadas aos órgãos de proteção a criança e adolescente, essas foram destinadas as crianças e adolescentes em situação de risco ou sob medida protetiva daquele município.



Fonte: Fundação Tiradentes

Não obstante vale ressaltar uma necessidade de um efetivo maior de professores na intenção de que o Projeto funcione.

Foi aberto um edital neste ano atual (2018) para inscrições para Polícia Militar Mirim – PMM, para fazer parte, o responsável precisa procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social para que seja feita a triagem, assim é realizada uma visita por uma assistente social e um policial militar para a devida avaliação. Ingressando no projeto, além das atividades realizadas, cada policial mirim recebe uma cesta básica mensalmente, além de cursos oferecidos para os pais.

A tabela abaixo mostra o cronograma das disciplinas no edital de 2018 no total de 700 horas todo o projeto.

Nº	Relação das Disciplinas	Carga Horária	Nº	Relação das Disciplinas	Carga Horária
1	Acompanhamento das atividades Escolares	60	11	Informática Básica	40
2	Coordenação Motora tipo Ordem Unida	80	12	Artes e dinâmicas: Música / Pintura / Dança	40
3	Noções de Trânsito	20	13	Socorro de Urgência	20
4	Ética e Cidadania	20	14	História de Goiás e do município	20
5	Prática Esportivas	80	15	Relações Humanas e Interpessoal	20
6	Noções Básicas de Informática	20	16	Orientação Sexual	20
7	Orientação Religiosa	20	17	Passeios e Palestras	30
8	Programa de Erradicação e combate às Drogas e a Violência – Proerd	50	18	A Importância da Polícia Militar Mirim no contexto social	30
9	Atividades Sócio-Comunitárias e Sociais	30	19	Reforço Escolar	80
10	Educação Ambiental	20	20	TOTAL	700 HORAS

Fonte: EDITAL 001/2018- 11º CRPM

Outra ação de policiamento comunitário positiva é a Rede de Apoio à Segurança – RAS, que funciona através de parcerias com comerciantes, empresas, moradores de um determinado bairro com a Polícia Militar na realização do patrulhamento, seja através de denúncias e até mesmo de sua autoproteção, prevenindo e evitando o crime contra si mesmo.

Considerando a importância da atuação da comunidade com a Polícia Militar, o Comando de Policiamento da Capital implanta com sucesso a Rede de Apoio à Segurança – RAS em Goiânia, mantendo um relacionamento positivo com os mais variados segmentos da comunidade. “A Seção de Policiamento Comunitário do 1º CRPM, responsável por realizar este trabalho, tem conseguido mudar comportamentos, a postura e o nível de alerta daqueles que participam dos cursos e palestras ministrados” (CPC/5, 2017).

As parceiras com a Polícia Militar através do RAS são com taxistas, moto taxistas, frentistas, faculdades, empresas privadas, comerciantes, Órgãos Públicos, ONGs, Hotéis, Motéis, Síndicos e Porteiros de Prédios, Vigilantes, Trabalhadores em Pit-Dog, Entregadores em Geral, Guarda Municipal, Plantonista de Hospitais, Trabalhadores Autônomos, Rádio Amador, Camelôs, Sindicato dos Caminhoneiros, Ambulantes em Geral, Frentistas, Rural e outros seguimentos (CPC/5, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mapear os programas, projetos existentes de polícia comunitária ou que já foram experimentados pela Polícia Militar de Goiás, localizar os documentos institucionais que criaram ou sistematizaram a criação de programas e de projetos de polícia comunitária que foram implantados em algum momento na corporação a partir do ano de 1998, quando implantou um dos programas mais conhecido entre a população, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD).

Primeiramente, conclui-se que a polícia comunitária se refere a um policiamento que se importa com o cidadão e com tudo que ele precisa em relação a sua segurança e seu bem estar. O policiamento comunitário vai além de apenas orientar e conversar, ele utiliza diversos recursos legais e também cria ações em que com a participação da comunidade, busca uma forma de prevenção de crimes, beneficiando a Polícia Militar e a todos que participam deles, considerando o vínculo que é criado através dele com a sociedade em geral. No policiamento comunitário são realizadas visitas comunitárias e solidárias, reuniões com a sociedade local entre outras ações.

Neste artigo foram descritos quatro projetos de sucesso e que apresentam resultados positivos, tanto em relação aos seus benefícios que foram proporcionados como da efetiva participação da comunidade. Dois deles se referem a trabalhos com crianças e adolescentes, que é o PROERD e o Polícia Militar Mirim, ambos trabalham com os jovens como forma de conscientizá-los sobre o mal da criminalidade, seja pelas drogas, pelas companhias erradas ou por qualquer outro fator, na intenção de que quando crescerem se tornem cidadãos de bem. São projetos que juntamente com as escolas, e a família são fortalecidos todos os valores e princípios para a criança e para o adolescente.

Cabe ressaltar que houve dificuldades na busca dos resultados nos sites institucionais, não sendo suficientes todas as informações dispostas, como forma de alerta em relação à divulgação dos trabalhos realizados pela Polícia Militar, sendo algo que necessita de melhorias, considerando a importância das informações para o público. Em relação à Rede de Apoio à Segurança ele não é um programa efetivo, apresentando falhas também nas informações sobre os resultados apresentados, considerando que o próprio site que disponibilizaria tais informações é totalmente desatualizado.

REFERÊNCIAS

BISPO, Rodrigo de Souza; BISPO, Rogério de Souza. **Reestruturação das Unidades de Policiamento na Modalidade de Patrulhamento Tático no Interior do Estado.**

[monografia]. Goiânia, 2013. Disponível em: <

<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/441/20/Reestrutura%C3%A7%C3%A3o%20das%20Unidades%20de%20Policiamento%20na%20Modalidade%20de%20Patrulhamento%20T%C3%A1tico%20no%20Interior%20do%20Estado%20%20Rodrigo%20de%20Souza%20Bispo%20e%20Rog%C3%A9rio%20de%20Souza%20Bispo.pdf>>

BRITO, Carlane Calixto de. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD: Uma Análise de sua Efetividade na Prevenção na Cidade de Goiânia.**

[monografia]. Goiânia, UFG, 2017. Disponível em:

<<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/436/1/Monografia%20%20Pr>

[ograma%20Educativa%20de%20Resist%C3%Aancia%20%C3%A0s%20Drogas%20e%20a%20Viol%C3%Aancia%20-%20PROERD%20-%20Uma%20An%C3%Aalise%20de%20sua%20Efetividade%20na%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20na%20Cidade%20de%20Goi%C3%A2nia.pdf](#)> Acesso em: março de 2018.

CNPPC, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária. **Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007** - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007. Disponível em: <http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos/File/Livro_Curso_Nacional_de_Policia_Comunitaria.pdf> Acesso em fevereiro de 2018.

CPC/5. Comando de Policiamento Capital. **RAS é Policiamento!** Notícias PMGO, 2017. Disponível em: <<http://pm.go.gov.br/2017/pmgoSubpg.php?id=13&idc=86081&idt=2&lk=13>> Acesso maio de 2018.

NABORFAZAN, Roberto. Segurança Pública – 14ª CIPM busca aproximar PM e Comunidade através da RAS. **Jornal O Vetor: Notícia sem Fronteira, outubro, 2017.** Disponível em: <<http://www.ovetor.com.br/portal/seguranca-publica-14a-cipm-busca-aproximar-pm-e-comunidade-atraves-da-ras/>> Acesso em maio de 2018.

PMGO, Polícia Militar do Estado de Goiás. **Colégios Militares.** 2017. Disponível em: <<http://www.pm.go.gov.br/2017/pmgoSubpg.php?id=3&lk=3>> Acesso em maio de 2018.

SENASP, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança** [recurso eletrônico]. São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Manual-Policiamento-Comunitario-SENASP-MJ.pdf>> Acesso em fevereiro de 2018.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo.** Vol. 6. Tradução: Ana Luísa Amendôa Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: Como Começar.** Tradução: Mina Seinfeld de Carakushanky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro. Editora Parma, 1994.

PMGO, **Edital nº 001/2018 ,POLÍCIA MILITAR MIRIM – PMM,** Alto Paraíso de Goiás/GO Fevereiro, 2018, Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/2017/Portal/uploads/EDITAL%20Pol%C3%ADcia%20Mirim%2014%20CIPM%20FEVEREIRO%20DE%202018.pdf> Acesso em Maio de 2018.

Fundação Tiradentes – PMGO, Proerd - **Comemora 20 anos de atuação consagrada em Goiás**, Goiânia-Go, 2018, Disponível em:

<https://www.tiradentes.org.br/noticias/proerd-comemora-20-anos-de-atuacao-consagrada-em-goias.html> Acesso em Junho de 2018.